

Aécio Neves

Diretrizes do plano de governo (saúde):

- A instituição do Cartão-Cidadão da Saúde, em articulação com o cadastro nacional único, já aqui previsto, dará a garantia de acesso a qualquer brasileiro à uma rede de saúde pública ou privada.
- Forte investimento público em Tecnologias da Informação - TI, para viabilizar o Cartão-Cidadão Saúde, permitindo a gestão dos serviços de saúde, desenvolvendo e implantando centrais de agendamentos dos atendimentos vinculadas à atenção primária, incluindo as internações hospitalares, e a telemedicina, como porta de acesso dos profissionais de saúde nas regiões mais distantes a uma contínua assistência técnica, tele consultas, tele monitoramentos, avaliação e solução para problemas de diagnóstico e tratamento à distância.
- O novo modelo de gestão da saúde se baseará na criação de redes assistenciais integradas de saúde, que permitirão o melhor uso possível dos recursos de saúde – públicos, privados e filantrópicos – ao nível de cada região.
- Promoção de um novo modelo assistencial com foco no paciente e na continuidade dos cuidados, garantindo a sequência do acesso entre todos os níveis da rede de serviços - do médico de família ao hospital e garantindo a oferta de serviços de qualidade em todo o percurso, com disponibilidade de médicos, demais profissionais de saúde, instalações, equipamentos e medicamentos.
- Instituição da carreira nacional de médicos.
- Oferta de cursos preparatórios a médicos estrangeiros para permitir a realização do exame Revalida e aprimorar o programa Mais Médicos, com padronização de remuneração.
- Implantação de programas de valorização, apoio, qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais da área de saúde.
- Promoção da saúde e da prevenção ao alcance de todos, por meio do estabelecimento de uma política efetiva de educação e comunicação pública em saúde.
- Fortalecimento e ampliação do Programa Saúde da Família (PSF) para todo o território nacional, qualificando e ampliando a sua cobertura, incorporando mais profissionais e profissões, estruturando-o como "porta de entrada" do SUS e garantindo que este atenda a todas as necessidades de promoção, prevenção e atenção básica da população brasileira.
- Continuidade do cuidado para exames, ambulatoriais e hospitais, garantindo o acesso da população aos atendimentos de maior complexidade com especialistas e aos exames e assistência hospitalar de forma mais simplificada e ágil.
- Implantação de redes de atendimentos para as urgências e emergências médicas.
- Redução das grandes reclamações da população usuária dos planos de saúde, que representa 25% da população brasileira, com elevado número de insatisfações e com uma grande desigualdade no acesso e qualidade dos planos.
- Fortalecimento, modernização e profissionalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para dar maior garantia e homogeneidade aos direitos dos usuários dos planos de saúde.
- Integração do sistema de saúde suplementar com o SUS, para identificar oportunidades de colaboração e investimento e desenvolvimento de parcerias público-privadas.

- Aumento da equidade na saúde, reduzindo, através das redes assistenciais integradas, a disparidade nos níveis de atenção entre os que detêm planos de saúde e os usuários do SUS.
- Fortalecimento do controle social do setor saúde, por meio de distintas instâncias de participação, de mecanismos de controle e de avaliação da satisfação dos usuários.
- O aumento dos recursos para a saúde se dará através de duas fontes principais – quantitativa e qualitativa: o crescimento do financiamento público e o aumento da eficiência na gestão das políticas do setor.
- Apoio e implementação dos preceitos da Emenda Constitucional 29, nos percentuais dos pisos mínimos estabelecidos por lei para Estados e municípios, e a proposta popular dos 10% da Receita Corrente Bruta da União para o setor saúde, ou política similar que garanta um crescimento progressivo de financiamento para o setor.
- Implantação de iniciativas que melhorem continuamente a gestão do setor, como a autonomia de gestão em todos os níveis das redes de saúde, definição e uso de protocolos, padrões de qualidade e processos otimizados para os controles internos, e otimização do modelo assistencial, com iniciativas que incentivem a desospitalização e a profissionalização do cuidado.
- Melhora dos avanços sanitários alcançados, reduzindo as taxas de mortalidade infantil e materna.
- Retomada da prioridade necessária para a manutenção do Programa HIV/AIDS, com a qualidade que o tornou mundialmente reconhecido.
- Promoção da retomada já no primeiro ano de governo, em caráter emergencial, em parceria com os Estados, municípios, entidades médicas e com a sociedade, dos mutirões para reduzir as filas de espera de cirurgias eletivas.
- Enfrentamento dos desafios decorrentes do envelhecimento da população e das mudanças da sociedade, controlando os fatores determinantes das enfermidades mais relevantes, do ponto de vista de quantidade e qualidade de vida.
- Aperfeiçoamento e fortalecimento da participação setorial da Saúde na implementação das políticas de saneamento básico.
- Fomento e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e apoio à adoção de tecnologias sustentáveis, mais limpas e saudáveis, visando à melhoria da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores e consumidores.
- Adoção de vários meios para apoiar os municípios na realização de ações de promoção da saúde e de hábitos saudáveis de vida.
- Implantação de política de prevenção ao consumo de drogas, inclusive álcool, em articulação, quanto a drogas ilícitas, com a segurança pública e de instituição de rede de atendimento aos dependentes, em parceria com Estados, Municípios e terceiro setor.
- Combate ao aumento da obesidade.
- Adoção de políticas efetivas de combate ao tabagismo.
- Contribuição para melhorar as condições de trabalho.
- Enfrentamento adequado das enfermidades que geram a maior carga de mortalidade e para as quais contamos com medidas de intervenção de efetividade comprovada, como cardiovasculares; diversos tipos de câncer; traumatismos; envenenamentos, respiratórias; diabetes e hipertensão.
- Atenção adequada aos problemas decorrentes do envelhecimento e das mudanças da sociedade, geradores de problemas de saúde que diminuem a qualidade de vida das

peçoas, produzindo incapacidade, dor e angústia, como a perda de capacidade funcional do idoso; a violência doméstica contra mulheres e crianças; os problemas de saúde mental; o uso de drogas; as enfermidades osteoarticulares e a obesidade infantil.

- Apoio à melhora da qualidade dos alimentos oferecidos nas escolas e promoção da alimentação saudável no meio escolar.
- Retomada da política de produção de medicamentos genéricos e apoio aos laboratórios oficiais na produção desses medicamentos, como forma de reduzir o custo e aumentar o acesso da população a medicamentos.
- Fortalecimento e ampliação do complexo produtivo da saúde no Brasil, investindo no desenvolvimento de uma política de ciência, tecnologia e inovação e no fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e dos laboratórios farmacêuticos oficiais.
- Adoção das medidas necessárias para uma política proativa no setor de hemoderivados.

Propostas

- Iniciar a criação de 500 Centros Especiais de Saúde com médicos especializados, exames e fornecimento de remédios
- Garantir financiamento do BNDES para a organização de uma Rede de Consultórios de Saúde nas periferias das grandes cidades, áreas violentas e cidades pobres do país
- Ampliar leitos de UTI neonatal da rede pública de saúde
- Projeto de lei para que a licença-maternidade de mães de filhos prematuros comece a contar a partir da alta do bebê
- Plano de carreira que ofereça segurança e crescimento profissional para os médicos que trabalhem no interior do país
- Aumento de vagas em cursos de medicina e para residências médicas
- O Ministério da Saúde vai financiar a abertura de consultórios de médicos especialistas;
- Os empréstimos serão feitos com verbas do BNDES. Também serão usados recursos da Emenda 29, que destina 10% do Orçamento da União para a saúde
- Serão priorizadas as periferias e cidades mais pobres com alta carência de serviços de saúde
- Será feito um mapeamento para que os consultórios estejam próximos de Unidades Básicas de Saúde (UBS), de unidades do Programa de Saúde da Família (PSF) e dos Mais Médicos
- O médico que quiser participar do programa vai se credenciar para atender determinado número de pacientes do Consultório Popular. O encaminhamento é feito pela equipe do programa no SUS
- A meta é de 10 mil Consultórios Populares em quatro anos

Fonte: <http://www.aecioneves.com.br/diretriz-de-saude.php> e <http://www.aecioneves.com.br/propostas.html>

Dilma Rousseff

Saúde (Programa de Governo)

O projeto para mudar o patamar de qualidade e a amplitude de atendimento dos serviços de Saúde prevê, no segundo mandato da presidenta:

- a expansão do Programa Mais Médicos;
- a ampliação da rede de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) destinadas ao atendimento de emergências de baixa e média gravidade;
- a extensão das redes de atendimento especializado, com a qualificação dos serviços hospitalares;
- o fortalecimento e a universalização do SAMU e a ampliação do acesso da população a medicamentos.

A melhoria no atendimento e o aumento da rede de saúde exigirão uma rediscussão federativa, que terá o poder de evitar superposição de investimentos e de planejar com mais eficiência a distribuição dos serviços de saúde públicos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é, hoje, a maior rede de saúde pública do mundo, e tem cumprido um importante papel na universalização do acesso. Reafirmamos nosso compromisso com seu contínuo fortalecimento e aprimoramento, necessário devido a seu tamanho, à extensão dos serviços envolvidos e às sobreposições de atribuições entre os entes federativos.

Fonte: <https://programadegoverno.dilma.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Programa-de-Governo-Dilma-2014-RGB1.pdf>

Marina Silva

Programa de Governo (Saúde)

Saúde +10

- Implementar gradualmente, ao longo de quatro anos, a proposta do projeto de lei de iniciativa popular de vincular 10% da Receita Corrente Bruta da União ao financiamento das ações de saúde.
- Rejeitar qualquer Desvinculação de Receitas da União para assegurar a manutenção das fontes orçamentárias da Seguridade Social.

Atenção Integral à Saúde

- Construir 100 hospitais voltados para o atendimento regional, possibilitando a incorporação dos leitos perdidos pelo SUS ao longo dos últimos anos.
- Criar procedimentos que viabilizem a contratação de leitos com os prestadores de serviços a fim de expandir o total da oferta de leitos.
- Construir 50 maternidades.
- Dotar cada uma das 435 Regiões de Saúde de uma policlínica regional para atendimento de média complexidade.
- Universalizar o Programa de Saúde da Família (PSF), ampliar a atenção domiciliar e oferecer às suas equipes retaguarda de apoio, com policlínicas, maternidades e hospitais distribuídos em todas as regiões.
- Estabelecer um programa de alimentação saudável inserindo profissionais de nutrição nas equipes de apoio do Programa de Saúde da Família e nas Unidades Básicas de Saúde.
- Investir em tecnologia da informação e comunicação para modernizar o trabalho das equipes do Programa de Saúde da Família.
- Facilitar as relações de vínculo e corresponsabilidade entre gestores do SUS, equipes do PSF e famílias, para agregar os valores do acolhimento, da autonomia, da transparência, da integração e da participação na gestão do sistema de saúde.
- Aumentar os investimentos na Atenção Básica para, no mínimo, 30% do orçamento da saúde.
- Fortalecer no Ministério da Saúde as áreas da Atenção Básica de Saúde (ABS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF), a fim de que dialoguem com estados e municípios, sem interferência político-partidária.
- Apoiar estados e municípios na criação das Centrais de Regulação, garantindo o acesso dos cidadãos, de forma mais rápida e humanizada, à rede hierarquizada de atenção integral à saúde.
- Reformular o atual modelo de gestão e atenção hospitalar no SUS para fortalecer a implementação dos princípios da regulação do atendimento no estabelecimento de prioridades
- Ampliar o Sistema de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), estendendo, com o apoio das Forças Armadas, o atendimento a regiões de difícil acesso em todo o país.
- Acordar com o Poder Judiciário e com o Ministério Público parâmetros para o acolhimento de demandas individuais de procedimentos e de medicamentos de alto custo.
- Criar mecanismo de definição de preços para a tabela de remuneração de procedimentos levando em considerando o perfil epidemiológico da população, os aspectos regionais e a transição demográfica do país.

Profissionais de Saúde

- Liderar a construção de um pacto nacional em torno de uma política de desenvolvimento de recursos humanos para o SUS.
- Propor articulação interfederativa – com os instrumentos jurídicos e institucionais adequados e envolvendo estados e municípios – e entrar com apoio técnico e financeiro na construção de estratégias que possibilitem:
 - 1) formar recursos humanos adequados às diversas realidades brasileiras;
 - 2) garantir pisos salariais condizentes com as necessidades regionais;
 - 3) estabelecer instrumentos de apoio à gestão para monitorar e avaliar os resultados alcançados pelos recursos humanos.
- Assegurar a fixação dos profissionais da saúde em todos os municípios brasileiros, notadamente nos mais distantes dos grandes centros urbanos.
- Apoiar (técnica e financeiramente) a elaboração de planos de cargos e salários a fim de estruturar carreiras de Estado para profissionais de saúde, com salários dignos, progressão e prestígio profissional.
- Valorizar o profissional de saúde regulando as relações de trabalho e abrindo espaço para seu protagonismo na modificação do atual modelo de atenção à saúde.
- Apoiar com mecanismos de incentivos técnicos e financeiros as escolas de formação na área de saúde que priorizarem em seus currículos a formação de profissionais adequados à atenção básica e à saúde da família.
- Instituir um serviço civil solidário para atuação em saúde, com prioridade para os territórios de maior exclusão social.
- Estruturar com as universidades um programa de médio e longo prazos de formação regional de médicos comunitários e médicos de família, especializados em atenção básica.

Saúde Mental

- Ampliar a rede de atenção à saúde mental, aumentar os recursos do orçamento anual do SUS para a área e implementar política eficaz no atendimento a pessoas que sofrem em razão dos transtornos.
- Fortalecer políticas de saúde voltadas para grupos de pessoas com transtornos mentais de alta prevalência e baixa cobertura assistencial, valorizando também as experiências exitosas protagonizadas pelas organizações da sociedade civil e utilizá-las como modelos, respeitando especificidades locais, principalmente nos grandes centros urbanos.
- Consolidar e ampliar uma rede de atenção de base comunitária e territorial/regional, promotora da reintegração social e da cidadania.
- Ampliar e qualificar a Estratégia Saúde da Família como coordenadora do cuidado e ordenadora da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), tornando viável a efetivação de ações que envolvam acolhimento e corresponsabilidade no ato do cuidar, articulando as políticas de saúde, de assistência social, de educação e de segurança pública, a fim de desenvolver ações integradas de atenção aos usuários de drogas.
- Monitorar e avaliar a qualidade dos serviços por meio de indicadores de resultados.
- Promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e drogadictas, por meio do acesso a trabalho, renda e moradia solidária.

Fonte: <http://marinasilva.org.br/programa>